



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 4, DE 2017**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO nº2, de 2014, que Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão

**RELATOR:** Senador Jorge Viana

15 de Fevereiro de 2017



## PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados nº 2, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011 (nº 3.673, de 2012, na Câmara dos Deputados), do Senador Humberto Costa, que *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) nº 2, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 464, de 2011 (PL nº 3.673, de 2012, naquela Casa), de autoria do Senador Humberto Costa, que *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.*

A Emenda altera o art. 1º do PLS para acrescentar que o prazo máximo de noventa dias de interdição de estabelecimento previsto no § 4º do art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, também não se aplica na hipótese de apuração de falsificação de **produtos de higiene pessoal e perfumaria** previstos no inciso XXVIII do art. 10 da referida Lei.

A matéria foi despachada exclusivamente à CCJ, tendo sido distribuída à nossa Relatoria. Na oportunidade, apresentamos Relatório em 12 de setembro de 2014, que não chegou a ser apreciado por esta Comissão.



Mantida a tramitação da emenda, a proposição foi novamente distribuída a esse Relator.

## II – ANÁLISE

Quanto à constitucionalidade, não observo quaisquer vícios materiais ou formais na proposição sob exame. Afinal, a Emenda da Câmara ao PLS nº 464, de 2011, apenas amplia as hipóteses legais nas quais a apuração da falsificação do produto pode gerar a interdição do estabelecimento pelo tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, e não apenas por noventa dias.

Tampouco há óbices quanto à juridicidade da Emenda, que inova o ordenamento jurídico por meio do instrumento adequado, qual seja, projeto de lei ordinária.

Relativamente à regimentalidade e à técnica legislativa, o trâmite da matéria segue os preceitos dos artigos 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal e os dispositivos da proposição observam as normas da Lei Complementar nº 95, de 14 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Considero oportuno, todavia, proceder a um ajuste na redação do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, para conferir maior clareza à ementa do PLS, especificando-se as hipóteses nas quais a interdição cautelar de estabelecimento não estará sujeita ao prazo máximo de noventa dias, inclusive aquelas inseridas pela ECD ora examinada.

Por fim, quanto ao mérito, vai ao encontro do interesse público a inclusão das hipóteses anteriormente explicitadas nos dispositivos legais em voga. Afinal, é notório o benefício social que advirá da implementação de normativo legal capaz de coibir a falsificação de itens de higiene pessoal e perfumaria, uma vez que a pirataria e a adulteração de tais produtos, destinados ao consumo, continua a crescer em nosso País, o que faz urgir a necessidade de se estancar a impunidade dos infratores.

## III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação da ECD nº 2, de 2014, ajustando-se a redação da ementa do PLS nº 464, de 2011, para: *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e saneantes.*

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/16625.46494-18



**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 15/02/2017 às 10h - 3ª, Ordinária**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS
JOSÉ MARANHÃO	7. HÉLIO JOSÉ PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA PRESENTE	1. ANGELA PORTELA
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	3. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. PAULO ROCHA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. REGINA SOUSA
ACIR GURGACZ	6. VAGO

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
AÉCIO NEVES PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	2. ROBERTO MUNIZ
WILDER MORAIS	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
EDUARDO LOPES PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

### **ECD 2, DE 2014**

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Jorge Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável à ECD nº 2, de 2014, ajustando-se a redação da ementa do PLS nº 464, de 2011, para: acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e saneantes. A Comissão aprova o Requerimento nº 1, de 2017-CCJ, de autoria do Senador Humberto Costa, de URGÊNCIA para a matéria